

# REFORÇO DA CPLP: COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, EM ARTICULAÇÃO, NO CASO DE PORTUGAL, COM A NOSSA INTEGRAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

**Grupo de Trabalho CPLP** \_ 30/11/2021

**Coordenador:** António Teixeira Lopes

**Relator:** Renato Epifânio

+ Circulação (de pessoas e de bens) + Cooperação (em todas as áreas) + Crescimento (sustentável)



## **7 PROPOSTAS - GT SEDES CPLP**

### Índice

1. Fundo Comum de Desenvolvimento Lusófono
2. Força Lusófona de Manutenção de Paz
3. Área Lusófona de Comércio Livre
4. Maior cooperação lusófona na investigação oceanográfica e noutras áreas científicas
5. Programa “Erasmus Lusófono: Machado de Assis”
6. CiberUniversidade da CPLP
7. Domínio dns “.cplp” para conteúdos lusófonos

## 1. Fundo Comum de Desenvolvimento Lusófono

Tendo em consideração que:

- a) o aprofundamento das relações institucionais, culturais, económicas e sociais entre os Estados membros da CPLP tem que ser claramente assumido como preocupação e objectivo prioritário dos respectivos Governos e como condição necessária da promoção da paz e do bem estar social dos seus cidadãos;
- b) as profundas desigualdades económicas e sociais que ainda caracterizam o espaço lusófono e a dimensão da actual crise económico-financeira planetária, agravada pela pandemia que atravessamos, exigem dos governantes dos Estados membros da CPLP a definição de uma estratégia comum de cooperação e de uma conjugação de políticas de longo prazo que, no campo económico e no da promoção do desenvolvimento social, se não subordinem ao imediatismo do ‘desenvolvimento financeiro’ e à vertigem da ‘competição global’ induzida e conduzida pelo discurso e pelos interesses do sistema financeiro internacional, mas que visem a criação das condições para uma verdadeira gestão equilibrada e de longo prazo dos recursos naturais, para um desenvolvimento ecologicamente sustentado e para o reforço de uma sociedade livre onde a pobreza não seja uma fatalidade;
- c) é no quadro do respeito pelos valores essenciais das culturas lusófonas e do seu humanismo universalista que se podem e devem buscar alternativas viáveis à crise do actual ciclo de civilização economicista e tecnocrático, para tornar possível a emergência de uma outra globalização, a do desenvolvimento das plenas possibilidades humanas e da harmonia ecológica, assente na utilização soberana, justa e solidária dos actuais recursos materiais, económicos e tecnológicos;
- d) é essencial assegurar o domínio da ética e da política sobre a economia, de modo a que a produção e distribuição da riqueza visem o bem comum e a satisfação das necessidades básicas das populações, para o que se torna imperativo explorar as potencialidades de formas de organização económica cujo objectivo fundamental não sejam, meramente, o crescimento desgovernado e o lucro financeiro a todo o custo;
- e) não existem ainda, a nível da CPLP, estruturas intergovernamentais capazes de dar resposta eficaz às necessidades de planeamento, partilha de saberes e experiências, e acesso ao crédito e ao micro-crédito por parte das famílias, das pequenas comunidades e dos projectos locais de valorização de uma economia respeitadora de recursos e de pessoas, ou sequer de auxiliar consistentemente a sustentabilidade dos Estados e regiões mais desfavorecidos e a articulação das economias dos Estados lusófonos numa rede ecológica e humana de economias locais auto-organizadas e sustentáveis.

Entendemos que:

- Se torna necessária a conjugação de esforços dos Governos e o empenhamento dos cidadãos da comunidade lusófona na criação de uma estrutura financeira institucional de fins não lucrativos com a participação de todos os Estados que actualmente integram a CPLP, ao serviço das políticas de cooperação e envolvimento que os Governos desses Estados não podem deixar de definir em conjunto, no âmbito das aspirações comuns que presidiram à constituição e justificam o progressivo e permanente reforço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- Uma tal estrutura financeira terá o objectivo e a missão de, em todo o espaço lusófono, prosseguir o desenvolvimento equilibrado e sustentado das sociedades dos países-membros, o combate à exclusão social e à pobreza, a criação de condições para a melhoria da qualidade de vida das populações lusófonas e a contribuição para a integração das economias dos países da CPLP.
- Para tal, é indispensável a criação das condições técnicas, financeiras e humanas para que essa estrutura financeira possa estimular e dar apoio efectivo a projectos públicos ou em parceria público-privada, em qualquer dos Estados-membros da CPLP, que contribuam para concretizar os objectivos de aprofundamento da integração das economias da CPLP, que apresentem garantias de solidez do ponto de vista económico, financeiro, técnico e ambiental e que sejam susceptíveis de atrair fontes de financiamento complementares, designadamente privadas.
- Uma tal instituição apenas poderá ser constituída com a participação directa dos Estados-membros da CPLP, de forma a permitir o necessário acesso ao crédito nos mercados financeiros internacionais nas melhores condições; não visando o lucro, poderá por sua vez conceder crédito em boas condições, em permanente ligação aos Governos dos países da CPLP e a instituições financeiras públicas e privadas, agências de desenvolvimento, ONGs e fundações privadas do espaço lusófono.

Assim, em suma:

- Requeremos aos Governos da CPLP que assumam o compromisso da criação de uma estrutura financeira institucional lusófona de suporte a um horizonte comum de envolvimento e cooperação entre os povos e as economias da lusofonia;
- Requeremos aos Governos da CPLP o empenhamento claro num projecto de longo prazo que aprofunde os laços económicos e sociais entre os povos da lusofonia, que abra novas alternativas de financiamento onde as outras se encontrarem indisponíveis, que tenha como prioridade o foco no desenvolvimento humano e não apenas os critérios do lucro ou do crescimento bruto das economias, sem ter em consideração a repartição da riqueza ou a qualidade de vida e direitos cívicos e humanos dos cidadãos.
- Requeremos aos Governos da CPLP o empenhamento consistente na criação de um verdadeiro Fundo de Desenvolvimento que promova o envolvimento das populações e a integração das economias dos seus países – o empenhamento na criação e na condução partilhada de um Fundo Comum de Desenvolvimento Lusófono.

## 2. Força Lusófona de Manutenção de Paz

O Espaço Lusófono deve ser um espaço de Paz e, nessa medida, um exemplo para o mundo. Infelizmente, ainda não chegámos ao tempo em que a Paz se garanta sem o recurso a forças policiais e militares. Obviamente, a verdadeira Paz está para além disso – deve ser, sobretudo, resultado de uma contínua acção cívica e cultural. Mas, para que essa acção cívica e cultural produza efeito, é necessária a existência de condições mínimas de segurança e estabilidade.

Nos últimos tempos, a sucessão de acontecimentos trágicos no norte de Moçambique deixaram uma vez mais evidente que existe a necessidade imperiosa de uma força policial e militarizada de manutenção de paz que, no quadro da ONU, possa agir no espaço da CPLP com a eficácia, imparcialidade e compreensão da realidade local que outras forças não lusófonas, naturalmente, não podem ter. Sem que isso exclua, obviamente, uma mais ampla acção no plano cívico e cultural, que deve mesmo ser reforçada.

Esta Força já demonstrou a sua necessidade em anteriores crises – nomeadamente, em Timor-Leste e na Guiné-Bissau. A CPLP tem actualmente um estatuto muito mais administrativo, formal e protocolar do que seria de esperar para quem defenda a aproximação lusófona e é nossa convicção de que tal estrutura – simultaneamente policial e militar – deveria surgir no seio da CPLP e dos países que a compõem para criar uma força de reacção rápida capaz de acorrer a qualquer emergência humanitária e/ou de segurança.

Esta Força poderia incluir, tanto quanto possível, unidades policiais oriundas de todos os países lusófonos, de Timor a Cabo Verde, e forças navais brasileiras e portuguesas, para além de forças especiais angolanas, brasileiras e portuguesas, e um componente de combate e transporte aéreo, de muito rápida intervenção em qualquer país lusófono, a accionar logo que solicitado pelo Estado requerente (a exemplo do que acontece na NATO/ OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte). Pela própria natureza multinacional desta força, não haveria espaço para que surgissem críticas de “imperialismo” ou de defesa de interesses económicos particulares, como sucede frequentemente com outras missões de âmbito internacional.

Essa Força deveria ainda ser complementada por contingentes cívicos, sobretudo formados por jovens. Dado que em Portugal foi extinto o Serviço Militar Obrigatório, poder-se-ia criar assim, em sua substituição, um Serviço Cívico – que poderia ser cumprido em qualquer país da CPLP – , para promover não apenas a ajuda humanitária como, por exemplo, o ensino da língua portuguesa, ainda tão precário nalguns países lusófonos.

## 3. ALCL: Área Lusófona de Comércio Livre

Neste nosso mercado cada vez mais globalizado, importa que as grandes empresas do espaço lusófono se articulem entre si, de modo a conseguirem uma maior competitividade face à concorrência internacional. Nessa premissa, dever-se-á equacionar a viabilidade de uma Companhia (naval e aérea) de Transportes à escala lusófona, com fundo público e privados, em prol (horizonte último) de uma ALCL: Área Lusófona de Comércio Livre, a ser progressivamente constituída.

#### 4. Maior cooperação lusófona na investigação oceanográfica e noutras áreas científicas

O facto de todos os países da CPLP serem países com costa marítima por si só justifica uma maior cooperação lusófona na investigação oceanográfica, visando, no respeito pelo meio ambiente, uma maior capacidade de acesso às nossos recursos subaquáticas, decerto uma das maiores fontes de riqueza no século XXI – como noutras áreas, por exemplo: a exploração comum de satélites de comunicação e de investigação meteorológica; a investigação da farmacopeia de cada país e a constituição de indústrias farmacêuticas conjuntas.

#### 5. Programa “Erasmus Lusófono: Machado de Assis”

À semelhança do que acontece na União Europeia, com o Programa “Erasmus”, propomos a criação de um Programa “Erasmus Lusófono” (que poderia ter o nome de Machado de Assis, por ser um excelente exemplo de miscigenação étnico-cultural). Esse Programa irá promover a circulação de estudantes (como igualmente de professores) dos países de língua portuguesa, de licenciatura e pós-graduação, consolidando definitivamente a equiparação dos Cursos Universitários no Espaço da Comunidade Lusófona – sendo depois gradualmente estendido a outras áreas, em prol (horizonte último) da livre circulação dos cidadãos dos países de língua portuguesa em todo o espaço da CPLP.

#### 6. CiberUniversidade da CPLP

O contexto de pandemia que temos atravessado nestes últimos tempos veio acentuar o maior recurso a meios virtuais na área do ensino – sobretudo na área do ensino superior, onde o recurso a esses meios menos prejudica a qualidade do ensino. Nessa medida, propomos a criação da “CiberUniversidade da CPLP”. Necessariamente, a iniciativa teria que brotar no seio da CPLP, com o beneplácito e acordo prévio dos Ministérios da Educação de todos os países lusófonos.

#### 7. Domínio dns “.cplp” para conteúdos lusófonos

Hoje já existem domínios referentes a cada país (“.pt” para Portugal ou “.br” para o Brasil, por exemplo) e regiões (como “.eu”, para o espaço da União Europeia). Propomos que seja criado o domínio “.cplp”. Seria mais uma forma de, no espaço cada vez mais concorrido da internet, cimentar a Comunidade Lusófona, tão geograficamente dispersa, e torná-la ainda mais reconhecível à escala global, dando à CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa a merecida projecção internacional.

## Prioridades dos países da CPLP para o reforço da Comunidade e das relações com Portugal



### Angola

*Carlos Mariano Manuel*

O relacionamento entre Portugal e Angola deve, em nosso entendimento, continuamente procurar alcançar os seguintes objectivos gerais:

- (i) preservar, aprofundar e desenvolver o património imaterial comum;
- (ii) conceder estatuto de parceiro privilegiado nas interacções económicas;
- (iii) valorizar socialmente e com medidas especialmente concebidas para beneficiar as comunidades de nacionais integradas na população do país anfitrião;
- (iv) promover processos de investigação, transferência e difusão recíprocas de conhecimento científico e tecnológico, bem como medidas que promovam a familiarização das novas gerações com as culturas dos povos irmanados pela História;
- (v) constituição de instrumentos económicos comuns, que permitam promover o turismo, especialmente o de pendor histórico, e disponibilidade das partes em assistirem-se reciprocamente numa ampla constelação de assuntos de Estado, desde que seja explicitamente solicitado pelas vias acordadas pelas respectivas instituições soberanas.

Breves considerações sobre cada um dos pontos anteriores:

i - O património imaterial comum constitui o código genético da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pelo que o imperativo da sua preservação, do seu desenvolvimento e da sua difusão representa uma vantagem comparativa, com fundamentos na partilha secular de acervos genéticos, linguísticos e históricos, que nos obriga a defendê-lo através de instituições da sociedade civil com objectivos doutrinários comuns, tendo em conta a crescente complexidade da arquitectura das relações internacionais mais amplas.

ii – A ininterrupta construção de sociedades desenvolvidas supõe um constante crescimento económico adequado às exigências demográficas e aos índices de desenvolvimento humano; sendo as balanças de pagamento e comerciais dos Estados sujeitas às variações contextuais nas relações internacionais, as parcerias estratégicas entre os países da CPLP podem suprir a necessidade de uma defesa económica endógena e organicamente estruturada, sempre que se apresente como benéfica para ambas as partes e não prejudique outras arquitecturas já consagradas no quadro da soberania de cada Estado.

iii – Cada Estado da CPLP é anfitrião de diásporas de outros Estados membros da Comunidade. As balanças bilaterais de pagamentos e comerciais, acima mencionadas, sendo desequilibradas, poderiam servir de base para financiar processos de formação profissional nos Estados hospedeiros de diásporas de outros Estados, com o fito de extinguir a precariedade social geradora de preconceitos vários, aumentar a empregabilidade, o poder aquisitivo e a contribuição tributária, bem como encorajar o regresso e potenciar o empreendedorismo na terra natal dos emigrados; igualmente se facilitaria a promoção de relações empresariais fortes, baseadas no conhecimento das realidades do País natal e do de acolhimento.

iv – O conhecimento científico e tecnológico é determinante para o progresso de qualquer Nação. O progresso das nações não interessa apenas às mesmas, mas também àquelas com as quais se articula, pois a paz e o aumento do poder aquisitivo de uma sociedade traduz-se de forma virtuosa na outra com a qual é parceira. Neste âmbito, a transferência e difusão do conhecimento científico e tecnológico constitui um investimento estratégico. Por outro lado, as novas gerações devem ser encorajadas e facilitadas a entrar em contacto com a diversidade, qualitativa e evolutiva, das restantes culturas do Mundo lusófono, para fruírem da plenitude da cidadania mundial.

v – Monumentos, museus e sítios históricos são testemunhos das relações que se estabeleceram entre os nossos egrégios antepassados. Embora já seja possível observá-los por via digital, visitá-los confere uma percepção mais integral. Finalmente, a justiça, a paz e a democracia são bens imateriais indispensáveis à ordem e ao progresso em todas as sociedades; a sua ausência suscita preocupações nacionais, regionais, comunitárias e internacionais, pelo que sempre que algum Estado solicitar colaboração nestas áreas, por via das suas instituições democráticas constituídas, deve ser entendido como sendo do interesse dos Estados parceiros corresponder a essa solicitação.



**Brasil**

*Paulo Pereira*

Por vezes, fazem-se comparações entre a CPLP e outras instituições do género. No entanto, há uma grande diferença entre essas outras instituições e a CPLP. Essa diferença chama-se Brasil. Nenhuma colónia ou estado dependente teve uma independência sequer parecida com a do Brasil. Por outro lado, nenhum dos Estados independentes tem uma importância relativa tão grande como a do Brasil em relação aos outros países da instituição, quer em termos de PIB, quer de área, quer de população. Este fato cria algumas dificuldades mas também muitas oportunidades, que deveriam ser exploradas e consolidadas, a nosso ver, com Instituições de Padronização Comum – uma padronização lenta e gradual, mas estruturante. Propomos, à



partida, três instituições com esse intuito: Instituto Lusófono da Língua, Instituto Lusófono das Ciências, Instituto Lusófono da Administração.

O Instituto Lusófono da Língua (uma evolução do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, criado em 2002) consolidaria a padronização da escrita e uso da língua quer no vocabulário quer na gramática; estabeleceria o uso padrão na língua oficial de modo a evitar ambiguidades e melhorar a comunicabilidade entre todos, respeitando e incluindo as diferenças no máximo possível.

O Instituto Lusófono das Ciências consolidaria a padronização dos termos científicos e respectivos conceitos; abarcaria todo o espectro científico desde as ciências humanas, incluindo, na medida do possível, a Filosofia, até às ciências exatas; a terminologia gramatical, médica, física, biológica, numérica e matemática, bem como a terminologia da teoria jurídica e económica, estariam no escopo deste instituto.

O Instituto Lusófono da Administração consolidaria a padronização dos termos práticos jurídicos, económicos, financeiros e contabilísticos; trataria também da convergência ou compatibilidade dos sistemas da divisão administrativa, jurídica e territorial.



#### **Cabo Verde**

*Elter Manuel Carlos*

A nível da educação na CPLP, torna-se importante criar mecanismos para a instalação de projectos educativos que visem a partilha de valores nobres e de cidadania extensivos a todos os espaços da Comunidade, um constructo que não seria edificado necessariamente na educação escolar ou formal, mas que poderia incluir ONG's, sociedade civil, Escolas de artes e cultura e outras entidades idóneas e competentes, fazendo sempre recurso aos meios tecnológicos virtuais e ao presencial. A educação formal, muitas vezes, é mais lenta em acolher ideias e os currículos não possuem espaço para tudo. Logo, a educação não formal poderia ser o ponto de partida em certas situações, mas contando com o apoio da educação formal e dos especialistas nas várias matérias.

Um programa educativo transversal à CPLP criaria assim condições para se conhecer e cultivar o que temos em comum e mostrar as diferenças que nos enriquecem, permitindo-nos ter uma maior circulação entre pessoas, em geral, e entre estudantes e investigadores, em particular. Os valores estéticos e artísticos a nível do literário e do poético, das artes como a música e a dança, a cultura e o pensamento, as tradições orais e sabedoria dos povos, funcionam como um *ethos* projectivo e congregador. Mas também da ciência, da técnica e da tecnologia. Como afirmava o velho pedagogo Paulo Freire, “se a educação não pode tudo, alguma coisa pode”.



## Guiné

*Braima Cassamá*

A relação entre os povos é pautada por afinidades, mas os Estados movem-se por interesses. Cabe então à política estabelecer os equilíbrios – neste caso, entre Portugal e a Guiné.

Uma ideia que marcou a minha consciência enquanto guineense é a famosa frase do nosso líder da independência, Amílcar Cabral – “a nossa luta não é contra o povo português, mas sim contra o colonialismo” –, ideia essa que me fez perceber que os dois povos tinham afinidades e que queriam preservar esse capital histórico e cultural.

Nenhum povo influenciou tão decisivamente a identidade guineense como o português, desde logo no surgimento do crioulo, na religião, na cultura, na configuração territorial da Guiné, etc. De igual modo, a Guiné influenciou decisivamente o fim do colonialismo português e a revolução de 25 de Abril de 1974.

A relação no presente é pautada por momentos simbólicos de ritual histórico, com intenções de aprofundamento, mas são sempre balizados numa lógica de curto prazo, o que não ajuda a um verdadeiro intercâmbio democrático e de bem-estar social.

No entanto, a considerável presença de ONG’s e empresas portuguesas na Guiné têm-se revelado de extrema importância, pois constituem uma verdadeira força de apoio às populações e ao dinamismo económico no país.

É de assinalar as parcerias na área da saúde e educação, com programas de apoio e formação de profissionais, tratamento de água e saneamento, saúde materna e infantil, igualdade de género, bem como na concessão de vistos de estudante para jovens guineenses e de juntas médicas, que são vitais para a população.

Portugal pode de facto ajudar a estabilizar a Guiné, desde logo se tiver uma política coerente em relação aos problemas já crónicos da realidade guineense. Uma Guiné estável interessa seguramente a Portugal, pelo seu potencial económico, pela sua inserção sub-regional e pelo património histórico que se encontra ameaçado por influências várias.

O papel da CPLP deve ser revisto, na medida em que não pode estar mais assente apenas na cooperação cultural e linguística, pois os desafios no presente são mais emergentes e vitais, desde logo pela ameaça do terrorismo, da enorme desigualdade existente entre os diferentes países, pela integração sub-regional que afasta a própria ideia de CPLP, mas fundamentalmente pela inexistência no plano internacional de um bloco capaz de defender os interesses comuns dos mais de 250 milhões de lusófonos.

Medidas pertinentes dentro da CPLP: Existência de uma força não permanente de manutenção de paz e segurança; Assinatura de um tratado de livre comércio de produtos estratégicos;

Criação de um Programa de mobilidade académica, de cientistas e tecnologia para as áreas da saúde, educação e agricultura.



### **Moçambique**

*Delmar Maia Gonçalves*

Enquanto Presidente do Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora, quero começar por salientar que a CPLP tem um enorme potencial por explorar e que seria importante, de uma vez por todas, traduzi-lo em verdadeiros ganhos para os povos e comunidades dos nossos Estados. É pois fundamental que se criem condições para ela cumprir o seu papel, que se disponibilizem mais meios para atender às crescentes exigências e anseios da nossa sociedade civil. Ao contrário do que devia suceder, em vários países da Comunidade, a maioria dos cidadãos não se sentem nem obrigados, nem motivados nem impelidos a nada, porque não se sentem verdadeiramente sujeitos activos das suas sociedades e comunidades, por razões diversas. Não se verifica, portanto, uma participação cívica activa e efectiva.

Um exemplo desse marasmo da Comunidade passa-se em Portugal onde, em 1991, o entretanto extinto SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) registava 113.878 imigrantes legais, dos quais 40% (45.795) eram oriundos dos chamados PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. O número efectivo de africanos que residiam em Portugal ao certo ninguém sabia. A única certeza que se tinha é que a maior parte deles estava ilegal.

Os graves problemas da integração de um número tão elevado de imigrantes foram-se agravando ainda mais, devido à contínua chegada de novos imigrantes ilegais e à clara incapacidade do Estado português para resolver muitos problemas estruturais, tais como a habitação, a assistência social, o apoio familiar, o apoio educativo, etc. O resultado previsível foi o aumento da exclusão social, com todos os problemas que isso implica, em largos estratos da população africana residente em Portugal.

Devido às profundas mudanças na composição da imigração neste início do século XXI, os africanos residentes têm sido fortemente penalizados. A maioria dos novos imigrantes é oriunda do Leste Europeu (Rússia, Ucrânia, Moldávia, Roménia, Polónia, Bielorrússia, Lituânia, Letónia e Estónia), mas também do Brasil, que competem agora no mercado de trabalho com os africanos e afrodescendentes, mas com enormes vantagens comparativas, dado que possuem mais e melhores habilitações escolares, académicas e profissionais. Este facto voltou de novo a agravar a difícil situação dos africanos e afrodescendentes em Portugal, exigindo da parte do Estado português medidas mais adequadas e adaptadas ao novo contexto e realidade actual.

Por outro lado, há notícias provenientes de Moçambique que falam da expulsão regular de trabalhadores e empresários portugueses estabelecidos no país, por terem vistos de permanência expirados ou anulados. Ora, a CPLP poderia e deveria ser uma grande mediador para a resolução definitiva deste tipo de problemas.

Não é também por isso viável existir desenvolvimento de uma consciência colectiva de comunidade (que nos falta efectivamente). E não nos admiremos que se coloquem alguns problemas com o termo “Lusofonia”, que nos pretende apenas agregar e congregar, enquanto não houver uma maior consciencialização dos cidadãos sobre a necessidade de uma maior intercomunicação e cooperação efectiva dos diferentes povos. Só dessa forma poder-se-á encontrar um maior consenso e uma maior coesão para formular as propostas que a sociedade civil lusófona deveria apresentar aos Estados, o que só se concebe e consegue com um verdadeiro envolvimento cívico.

Somos defensores de uma regulação clara e transparente que contemple, em primeiro lugar, a livre circulação de certos grupos profissionais que compõem as nossas sociedades civis – sobretudo nas áreas cultural, académica, científica, médica, militar, policial, empresarial, judiciária, desportiva e informativa. Para, mais tarde, caminharmos para uma abertura gradual do espaço da Comunidade a todos os cidadãos.

As nossas preocupações desconfortam-nos, porque, na verdade, procuramos em nós as respostas que só os políticos e os diplomatas com responsabilidade e poder na fundação desta Comunidade poderiam dar. Sendo certo que não se pode nem se deve transformar a CPLP num espaço apenas político para os políticos, ou apenas empresarial para os empresários.

Uma discussão franca e aberta no seio da Comunidade, com a participação da sociedade civil, sobre os problemas que nos afectam colectiva e individualmente, em cada um dos Estados, seria premente na conjuntura actual, em que muitos dos traumas entranhados nas nossas relações se vão esbatendo.



### **São Tomé e Príncipe**

*Alice Goretti de Pina*

Como santomense a residir em Portugal há vinte e um anos, tendo trabalhado em São Tomé e Príncipe como Professora e como Secretária do Gabinete do Ministro da Saúde, e depois em Portugal num projecto na Câmara de Loures nas áreas da Saúde, Educação e Intervenção Comunitária, sobretudo como Mediadora Intercultural, pude conhecer realidades muito duras do ponto de vista das condições de vida – muitas delas resultantes de comunicação deficiente entre organismos do Estado, das representações diplomáticas com os mesmos e com as respectivas comunidades que representam, e também destes com as associações que estão mais próximas das comunidades.

As dificuldades no acesso aos Serviços Públicos, seja por questões de ordem financeira, de documentação (no caso dos emigrantes em situação irregular), seja pela barreira imposta pelo deficiente domínio da língua portuguesa (em alguns casos) ou simplesmente pela frágil capacidade de se expressar com clareza e assertividade, justificavam a meu ver a criação de um gabinete de apoio à inclusão dentro da CPLP, em Portugal (e nos outros países membros, para situações análogas), com mediadores capacitados e com domínio dos crioulos dos restantes países, de forma a constituir um recurso real e acessível não apenas para facilitar a integração na sociedade mas também para capacitar os utentes com sessões de orientação prática para a

desejável autonomia na procura de respostas em situações de necessidade. Seria um recurso muito útil, sobretudo no acesso ao serviço de Saúde, inclusive para doentes que chegam a Portugal ao abrigo do “protocolo de Junta Médica”. É uma necessidade muito sentida por “doentes de Junta Médica” de São Tomé e Príncipe (como de outros países da CPLP) que chegam a Portugal.

A área da Saúde deve ser prioritária, pois é a partir do seu asseguramento que se pode criar condições para o investimento nas demais, como também nas questões de Justiça e de Consciência Ambiental como importantes factores de desenvolvimento e de equilíbrio social. São Tomé e Príncipe precisa de dar mais atenção ao que lhe compete fazer no domínio da Saúde, não apenas como membro da CPLP mas como país. Precisamos de ser mais pró-activos na obtenção e na boa preservação de recursos no domínio da Saúde, tanto ao nível do equipamento hospitalar, como no investimento nos profissionais de Saúde, na formação e igualmente no aprimoramento de competências dos profissionais em actividade. Portugal tem sido um parceiro desde sempre, com resultados concretos e positivos, mas não suficientes para o normal funcionamento do sector da Saúde em São Tomé e Príncipe, porque não é a Portugal que cabe, quarenta e seis anos depois da independência, gerir e suprir as nossas deficiências. Cabe-nos a nós um investimento mais sério, empenhado e de compromisso com os cidadãos. Para além da cooperação na área da saúde, destacamos como prioritária a livre circulação de pessoas dentro do espaço da CPLP – com as devidas “cautelas”, é algo que há muito devia ter sido posto em prática. Posso partilhar, a este respeito, o meu próprio exemplo: na tentativa de vir para Portugal estudar, mesmo tendo apresentado todos os documentos legalmente exigidos, foram-me indeferidos os pedidos de visto de entrada; levei quatro anos até conseguir finalmente vir, o que constituiu um significativo atraso no meu percurso de formação académica.

Quando se fala da CPLP, a ideia que se tem é que se trata ainda de um projecto muito vago, ainda embrionário, quando se trata já de um corpo que é constituído por representações de Estados, por pessoas política e academicamente preparadas para fazerem vingar e evoluir a Comunidade em todas as suas vertentes (política, académica, económica, cultural e humana), fazendo diagnósticos e levantamentos adequados conforme a realidade de cada um dos países, identificando necessidades concretas e encontrando respostas eficazes num mundo que se apresenta com cada vez maiores desafios e necessidade vital de união, considerando tudo o que a mesma traz de benefício para o desenvolvimento articulado e comum.

Dos recursos naturais de cada país membro às capacidades intrínsecas de cada indivíduo, aos recursos económicos e meios de capacitação do capital humano, todos podem contribuir e beneficiar segundo um espírito de partilha e critério de equidade tendo em perspectiva o acréscimo de força e de valor a esse corpo que é a CPLP. É urgente trabalhar e aplicar o verdadeiro sentido de irmandade. Precisamos de trilhar um caminho de verdadeira aceitação, de união, de respeito e de empatia para que a harmonia e a paz estejam não apenas nos nossos horizontes, mas verdadeiramente acauteladas. Um caminho de franco interesse no desenvolvimento e investimento no trabalho que é necessário fazer em todos os domínios, para a consolidação que a CPLP pode alcançar com todo o potencial que tem.



## Timor

*Ivonia Nakak Borges*

Nos dezanove anos desde a sua independência, obtida em 2002, Timor-Leste conseguiu alguns progressos substanciais a nível de desenvolvimento. Depois de um período de conflito, instabilidade e de erosão considerável dos ganhos de desenvolvimento devido a uma luta pela independência e a uma ocupação violenta, o Governo e o povo de Timor-Leste conseguiram estabelecer os alicerces da paz, estabilidade e construção nacional durante a primeira década de independência. O país começou um processo de desenvolvimento económico, social e político encapsulado no Plano Estratégico de Desenvolvimento para o período de 2011 a 2030, com o objetivo de tornar Timor-Leste numa nação “próspera e forte” e com rendimentos médio-altos.

No caso de Timor-Leste, as forças da segurança têm conseguido ter, depois da crise de 2006, uma maturidade para separar os assuntos políticos dos assuntos militares ou de segurança nacional. As forças armadas de Timor-Leste fazem parte dos exercícios militares “Felino” para desenvolver a cooperação técnico-militar entre os países da CPLP.

Segundo o ex-Primeiro-Ministro timorense, Rui Maria de Araújo, o conceito de segurança abrange “a segurança dos cidadãos e do país, com o combate às atividades ilegais e criminalidade económica, o que contribui para a estabilidade política, económica e social das populações”. Nestes últimos anos, Timor-Leste tem tido êxito nos vários programas de segurança com o apoio de Portugal, em particular da GNR, e também pelas partilhas de experiências com os outros estados-membros da CPLP, relativamente ao fortalecimento das forças de segurança timorenses.

Timor-Leste situa-se num “anel de fogo”, um círculo que não só se refere às atividades vulcânicas, mas às fronteiras existentes no país. É um pequeno Estado costeiro no sudeste asiático a noroeste da Austrália e no extremo leste do arquipélago da Indonésia. As costas de Timor-Leste e da Austrália são paralelas e situam-se entre 250 e 400 milhas náuticas de distância. A leste, a norte e a oeste, Timor-Leste é rodeado pela Indonésia, pelas pequenas ilhas indonésias. Citando o Presidente do Parlamento de Timor-Leste, Aniceto Guterres Lopes, este referiu-se aos “constrangimentos específicos” que Timor-Leste enfrenta através da sua localização geográfica que suscita preocupações adicionais: uma ilha numa zona de importância económica, política e militar com várias rotas de comunicação marítima. Por esta razão, Timor-Leste deve ter mais apoio e cooperação entre os Estados membros da CPLP para afirmar a sua importância política e geoestratégica no contexto Ásia-Pacífico. A criação de uma companhia (naval e aérea) de transportes à escala lusófona e a maior cooperação lusófona na investigação oceanográfica podem ajudar Timor-Leste na afirmação desta importância política e geoestratégica.

Timor-Leste ainda precisa dos contributos dos outros Estados membros da CPLP e esta contribuição continua a ter alguns resultados nos bolseiros timorenses enviados aos países da CPLP (em particular, Portugal, Brasil e Cabo Verde). Esta circulação é “livre”, mas com regras, beneficiando assim Timor-Leste na sua área dos recursos humanos. Um programa como o “Erasmus Lusófono: Machado de Assis” iria ajudar muito o desenvolvimento da língua portuguesa num país em que ainda está muito vulnerável.